

# Baker não se opõe a acordo

**Washington** — O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, disse ontem não se opor a que o Brasil procure chegar a um acordo de refinanciamento de seus compromissos com os bancos comerciais antes de chegar a algum tipo de acordo de crédito ou supervisão com o FMI. O ponto de vista de Baker foi transmitido à imprensa pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, após seu encontro com o secretário do Tesouro.

Acrescentou o ministro, porém, que Baker externou sua preferência por um acordo com o FMI que preceda um entendimento com os bancos comerciais. Em Nova Iorque, fontes bancárias afirmaram que os bancos privados insistem que o Brasil chegue primeiro a um acordo com o FMI para depois negociar sua dívida com os bancos credores.

"Baker parecia bem informado sobre o plano econômico e as necessidades de financiamento do Brasil", comentou Bresser. O secretário do Tesouro dos EUA observou que era importante um parecer do FMI para que o Brasil se entendesse com seus credores oficiais agrupados no Clube de Paris, acrescentou o ministro.

Bresser Pereira disse estar otimista quanto ao relatório que o FMI apresentará proximamente sobre a economia brasileira, de cujo teor depende o refinanciamento da dívida do Brasil com o Clube de Paris. "Espero que seja positivo", disse o ministro.

Perguntado se a escolha de setembro como data da negociação formal com os bancos e o consequente adiamento de outros acordos poderiam interferir no cronograma dos entendimentos com o Clube de Paris, Bresser Pereira sorriu e disse que os calendários não eram rígidos.

Embora fizesse constar sua oposição a um acordo, no momento, com o FMI, observou que mais adiante isso poderia interessá-lo "para obter fundos do Japão".

"O Japão reservou 30 bilhões de dólares para ajuda ao exterior", explicou. "E ao Brasil seria interessante receber 1 bilhão de dólares anuais, para o que teríamos de chegar a um acordo com o FMI".

Bresser Pereira reiterou as condições do Brasil para suspender a moratória sobre a dívida externa de seu país: "O refinanciamento de 7,4 bilhões de dólares em juros que vencem em 1987 e 1988 e redução da taxa de juros".

Afirmou também que se deve pôr fim aos vínculos entre os empréstimos dos bancos comerciais e os do FMI, que significam a suspensão automática dos desembolsos dos bancos privados quando um país não cumpre o que acertou com o Fundo. Nesse particular, citou a Argentina como um país cujo exemplo não deseja seguir. "A Argentina tem esse problema do vínculo" dos créditos dos bancos com os do FMI, acrescentou.